



REQUERIMENTO N. 26/2026

O vereador que subscreve este requerimento solicita que, na forma regimental e após ouvido o Plenário, o Poder Executivo, por intermédio das Secretarias competentes, encaminhe à Casa de Leis as seguintes informações referentes ao patrimônio imobiliário do Município e aos processos judiciais envolvendo loteamentos e a municipalidade:

1. Quantos imóveis existem sob a titularidade do Município de Itapoá?
 - 1.1. Solicita-se que os imóveis de propriedade do Município sejam classificados nos seguintes grupos:
 - a) imóveis que possuem equipamentos públicos (prédios, praças, campos, parques, reservas, etc.);
 - b) imóveis para os quais existam projetos ou intenção de instalação de novos equipamentos públicos nos próximos 3 (três) anos;
 - c) imóveis que não estão sendo utilizados no momento;
 - d) imóveis que não estão sendo utilizados pelo Município, mas que se encontram ocupados por terceiros.
2. Relacionar as Ações Cíveis Públicas movidas pelo Ministério Público de Santa Catarina contra loteadores e/ou loteamentos, nas quais o Município de Itapoá figure no polo passivo, informando-se os números dos processos e os respectivos loteamentos envolvidos.
3. Quantas áreas estão em processo administrativo de REURB ou de outra forma de regularização fundiária no Município de Itapoá?
 - 3.1. Quantos processos administrativos de regularização fundiária estão atualmente em tramitação?
 - 3.2. Quantos processos administrativos de regularização fundiária já foram concluídos de forma exitosa pela municipalidade?
4. Existem estudos técnicos para o reconhecimento de territórios de comunidades pesqueiras tradicionais (incluindo áreas terrestres e aquáticas utilizadas para moradia, pesca, abrigo de embarcações, manutenção de ranchos, preservação ambiental e reprodução sociocultural dessas comunidades)?

Justificativa:

Este requerimento tem como finalidade obter informações a respeito do patrimônio imobiliário do Município e das ações judiciais envolvendo loteamentos apontados como irregulares pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas para os próximos anos, informar a população sobre as questões fundiárias em um município onde o mercado imobiliário é dinâmico, bem como acompanhar a atuação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária recentemente criada.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 20 de março de 2026.

Ademar Ribas do Valle Filho – MDB

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), conforme o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Consulte a autenticidade e integridade do documento, acessando: <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>